



POVO LIVRE

O EMPOBRECIMENTO

A marca da governação socialista é o empobrecimento, quando o país devia estar a falar de criação de riqueza, acusou Luís Montenegro em Viana do Castelo, domingo, no primeiro dia da iniciativa "Sentir Portugal em...", que decorre esta semana nos 10 concelhos do Alto Minho



7 PRESIDENTE

DIREÇÃO NACIONAL DO PSD EM TODOS OS DISTRITOS DO PAÍS

A iniciativa "Construir a Alternativa" insere-se no âmbito da discussão do Orçamento de Estado para 2023 e começa na sexta-feira, 11 de novembro, em Vila Real 8 LOCAIS

TROFA INAUGURA PAÇOS DO CONCELHO

O município presidido por Sérgio Humberto era o único do país sem instalações centrais da autarquia, os serviços estavam dispersos por 17 espaços da cidade 20 REGIONAIS

IMIGRAÇÃO PODE COLMATAR FALTA DE MÃO-DE-Obra nos açores

José Manuel Bolieiro afirmou, no dia 2 de novembro, que existem mais de quatro mil imigrantes no arquipélago provenientes de 95 nacionalidades

A CASA DE TODOS

Quando o desígnio de um autarca é cumprir a vontade de um povo





Apesar das suas terras serem anteriores à própria nacionalidade, como aliás se pode comprovar pelas citações conhecidas no documento de escritura do mosteiro de Moreira da Maia, do ano de 979, onde vêm referenciados Alvarelhos (Alvarelios), São Cristovão do Muro (Sanctum Cristoforum) e Cedões (Zadones - localizado em Santiago de Bougado), a sua real existência como Concelho autónomo surge apenas em 19 de novembro de 1998, com a sua desanexação do vizinho município de Santo Tirso.

É, pois, um dos mais jovens municípios do país, mas as dificuldades decorrentes da falta de infraestruturas com que nasceu não o impediu de se desenvolver de forma sustentada dentro da Área Metropolitana do Porto e de toda a região Norte do País, muito pela determinação das suas populações e também por uma forte vertente empresarial, que ajudaram a catapultar a Trofa para alguns dos melhores índices económicos da região.

Mas tudo isso não bastava, a sua população exigia mais, e teve, como é tão comum nestes casos, o bom senso de saber escolher as melhores pessoas para a dirigir. Há cerca de 9 anos, escolheu para liderar a autarquia um jovem promissor de nome Sérgio Humberto. Um social-democrata, com histórico nas lides partidárias, noutros tempos desportista e praticante de futebol no clube da terra. Tinha sido deputado, entre outras experiências de gestão pública. Mas sobretudo era um verdadeiro Trofense, que sabia o que queria para a sua terra e para as suas gentes.

Contra algumas espectativas, venceu as autárquicas e logo arregaçou as mangas e passou ao trabalho. As obras começaram a aparecer, o centro urbano foi melhorado, a Trofa deixou de ser um ponto de passagem da EN14 e passou a ser um ponto de paragem. Mas faltava algo de



fundamental, deixar de ser o único município do país sem um edifício próprio. E se essa era a vontade dos Trofenses, claro que o seu timoneiro tratou de fazer cumprir o sonho, que se tornou uma realidade no passado sábado.

Esta conquista simboliza duas coisas absolutamente fundamentais naquilo que é a ação política e, muito concretamente, dos autarcas. Primeiro, o respeito pelas vontades das populações e dos seus anseios e, em segundo, a vontade quase insofismável de realizar sonhos mesmo quando estes parecem impossíveis.

Mas, conhecendo o Sérgio Humberto e conhecendo as gentes da Trofa, acredito que esta conquista não foi um ponto de chegada, mas apenas mais um patamar que servirá para novos pontos de partida, cujo expoente máximo passaria pela chegada do metro do Porto, mas, neste caso, a decisão não passa unicamente pelos Trofenses.

Assim considero que este novo edifico será muito mais do que uma nova centralidade e um marco na afirmação deste jovem concelho. Esta obra significa que a vontade e a determinação suplantam muitas vezes as dificuldades, e a vontade de fazer as obras que efetivamente são importantes para as nossas populações está no DNA dos nossos autarcas.

Aliás, a própria mensagem que serviu de assinatura à cerimónia de inauguração do edifício, "A CASA DE TODOS", simboliza na perfeição a simbiose perfeita entre os eleitos e os eleitores, numa clara união em torno de uma causa comum.

Como autarca, que também sou, todos os dias me dedico a dar o melhor de mim para cumprir os desígnios das nossas populações. É bom ver as pessoas felizes com o trabalho que desenvolvemos e estou certa de que a população da Trofa está feliz com o trabalho dos seus autarcas.

Parabéns, Trofa!

TAP

OUVIR O GOVERNO FALAR EM REPRIVATIZAÇÃO É UM "CIRCO COMPLETO"



O Presidente do PSD afirmou, dia 3 de novembro, que o que se passa na TAP é um "circo completo. Ainda há bocadinho vinha para aqui a ouvir o Ministro das Infraestruturas dizer que a reprivatização esteve sempre no horizonte do Governo. É de ir às lágrimas, com franqueza. Isto passou a ser uma anedota", disse.

Num jantar da Associação Comercial do Porto, Luís Montenegro acrescentou ainda que o Governo está a fazer é a "confundir toda a gente" quando aborda a intervenção do Estado na companhia em 2020. "Mas o problema não está aí, o problema está em 2016. Em 2016 não havia nenhuma obrigação de nacionalizar parte do capital da TAP, a TAP já tinha sido privatizada, já havia mais de 50% do capital que estava nas mãos dos privados, com o respetivo risco", disse.

O Presidente do PSD acusa também o Governo de ter deixado "as responsabilidades e os riscos" do lado do Estado, tendo assim atuado como "anjos da guarda" para os investidores privados da companhia área.

Portugal deve ter um programa nacional para a captação, acolhimento e integração de imigrantes

Durante o jantar na Associação Comercial do Porto, o Presidente do PSD defendeu que uma das grandes prioridades para o médio prazo deve ser criar um criar um "verdadeiro programa nacional" de captação, acolhimento e integração de imigrantes para fazer face à crise demográfica em Portugal, um problema que se tem negligenciado no país.

Para Luís Montenegro, "se não houver um verdadeiro pacto nacional para se poderem nos próximos anos desenvolver mecanismos de atração de mão-de-obra, de pessoas, e quanto mais novas, melhor", a questão não se vai resolver por "obra mágica de alguém".

"Nós não vamos ter outra saída nos próximos 20, 30 anos, que não seja conseguirmos atrair mão-de-obra qualificada, fixar o talento que somos capazes de criar, mas depois captar talento, atrair talento, atrair pessoas de várias qualificações para poderem hoje suprir as necessidades de mão-de-obra que são transversais a todos os setores de atividade", alertou.



Luís Montenegro afirmou, domingo, 6 de novembro de 2022, que a marca da governação socialista é o empobrecimento, quando o país devia estar a falar de criação de riqueza. "O país precisa muito da nossa intervenção", afirmou o Presidente do PSD, acrescentando que "vamos estar aqui todos os dias a escrutinar a ação e, sobretudo, a omissão deste Governo".

"O país fala muito de pobreza, mas nós queremos falar de riqueza, queremos enriquecer Portugal e os cidadãos, também na capacidade de cada um poder atingir os objetivos a que se propõem na sua vida. Este Governo tem um carimbo: o empobrecimento. É o contrário daquilo que o país precisa", acusou.

Luís Montenegro disse ainda estarmos hoje "perante um país mais pobre. Temos um crescimento económico muito limitado", principal-

mente quando comparado com os outros países da Europa, ao contrário do que apregoa o PS. Portugal perde, comparativamente, por exemplo, na criação de riqueza e no crescimento do rendimento *per capita*.

Tal como salientou o Presidente do PSD, "o empobrecimento não se resume a números e estatísticas. Vai à vida concreta das pessoas. Ao que precisamos que seja a resposta do Estado". Temos um Governo "recordista na arrecadação de receita fiscal, nunca se cobraram tantos impostos como agora, nunca. Sobre o trabalho, as empresas, o consumo, tudo tem uma taxa e um imposto. Nunca o Estado arrecadou tanto dinheiro como agora, mas nunca foi tão difícil termos acesso ao que é mais importante" e aos serviços públicos, como a Saúde e a Educação.





Nunca o Estado arrecadou tanto dinheiro em impostos como agora

Luís Montenegro





O Presidente do PSD deu início a mais uma semana da iniciativa "Sentir Portugal em..."

O Presidente do PSD deu início a mais uma semana da iniciativa "Sentir Portugal em...", desta vez em Viana do Castelo, onde afirmou que cada vez mais tem a certeza da eficácia desta iniciativa, pois está "junto das pessoas" e pode "ir sentindo, na primeira pessoa, o que os cidadãos têm para nos dizer daquilo que esperam que os poderes pú-

blicos possam fazer para melhorar a sua vida, com mais justiça social e mais capacidade de criar riqueza".

No domingo, 6 de novembro, Luís Montenegro esteve presente na cerimónia de posse da Comissão Política Distrital e terminou num jantar com a JSD, ambos na cidade de Viana do Castelo.





PSD está a trabalhar na proposta de revisão constitucional

Luís Montenegro anunciou que o PSD irá proceder, na próxima sexta-feira, à formalização na Assembleia da República de um projeto próprio de revisão constitucional. Até ao termo do prazo de apresentação de iniciativas de alteração da lei fundamental, o PSD vai prosseguir com a auscultação dos órgãos próprios, nomeadamente "o diálogo com o grupo parlamentar, com os órgãos de direção política do partido — a Comissão Permanente, a Comissão Política e o Conselho Nacional".

O objetivo é, segundo o líder do PSD, construir uma proposta "entendível, realista e suscetível de entendimentos capazes de gerar um apoio de 2/3 [dos deputados]".

"Estamos no PSD a fazer o nosso trabalho, que é exigente", garantiu Luís Montenegro, que participava esta segunda-feira, em Caminha, no segundo dia da iniciativa "Sentir Portugal em...", dedicada ao distrito de Viana do Castelo.

Na quinta-feira, o Conselho Nacional do PSD reúne-se em Lisboa, precisamente para debater o projeto de revisão constitucional.

Até quinta-feira, o líder do PSD irá percorrer os 10 concelhos do Alto Minho (Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira), no contacto próximo com as pessoas, as empresas, os municípios e as instituições locais.

0E2023

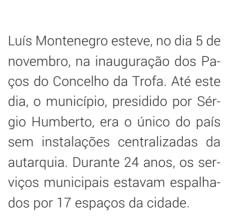
DIREÇÃO NACIONAL DO PSD EM TODOS OS DISTRITOS DO PAÍS

O Presidente do PSD, Luís Montenegro, o Secretário-geral, Hugo Soares, os Vice-presidentes e o líder parlamentar iniciam no próximo dia 11 de novembro, uma deslocação a todos os distritos do País que termina no dia 16 de novembro de 2022.

A iniciativa "Construir a Alternativa", que conta também com a participação dos dirigentes distritais, insere-se no âmbito da discussão do Orçamento de Estado para 2023 e tem como objetivo debater com os militantes as falhas deste orçamento e as propostas alternativas do PSD.



Esta mudança, para além de permitir uma maior comodidade a todos aqueles necessitam de resolver assuntos camarários, irá permitir ao município uma poupança anual de cerca de 300 mil euros



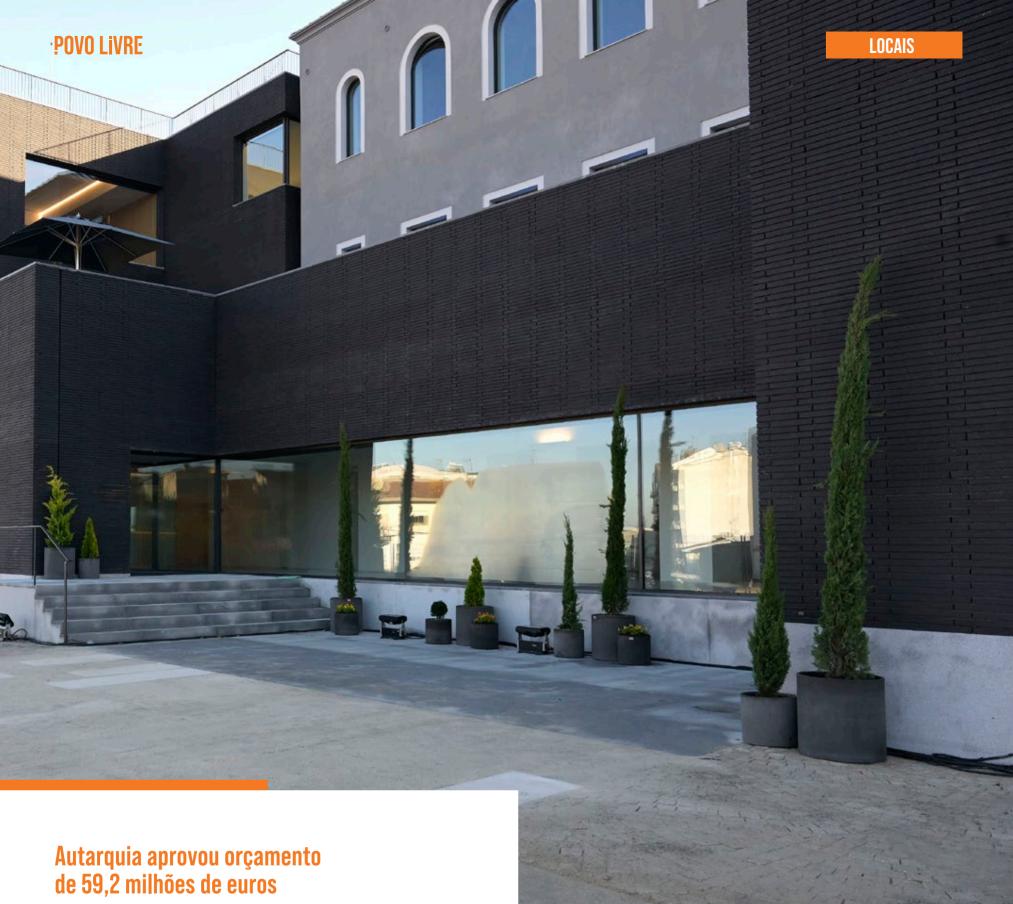
O novo espaço custou 10,4 milhões de euros, situa-se a poucos metros do Parque Nossa Senhora das Dores, no centro do concelho da Trofa, perto da linha férrea e situado numa antiga fábrica de moagem e pretende ser "A Casa de Todos" (cerca de 40 mil habitantes).

Esta mudança, para além de permitir uma maior comodidade a todos aqueles necessitam de resolver assuntos camarários, irá permitir ao município uma poupança anual em rendas de cerca de 300 mil euros.

Para Sérgio Humberto, é um orgulho poder concretizar este sonho, não apenas meu, mas de todos os trofenses, que nunca deixaram de acreditar que seria possível concretizar este projeto. É um orgulho poder deixar uma obra que honra todos aqueles que se deslocaram a Lisboa no dia 19 de novembro de 1998 e que, acredito, marca e marcará diferentes gerações de trofenses".

Para assinalar este momento histórico da Trofa, o município promoveu uma cerimónia de inauguração, que contou também com a presença do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, da ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, e da presidente da Associação Nacional de Municípios, Luísa Salgueiro.

O novo edifício foi construído num local onde se encontrava uma antiga fábrica, tendo sido recuperadas grandes partes desta devido ao seu valor histórico, será autossustentável do ponto de vista energético e de consumo de água.



Na véspera, dia 4 de novembro, a Câmara da Trofa aprovou o orçamento de 59,2 milhões de euros,

para 2023, que representa um aumento de cerca de 4,5 milhões de euros relativamente ao deste ano.

Em comunicado, a autarquia liderada pela coligação Unidos pela Trofa (PSD/CDS-PP) informa que o valor do "investimento total no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) previsto para 2023 é de 22.570.160,85 euros" e que as "funções sociais são as que têm maior peso" no valor apurado do PPI, "representando 75,75%".

A área da habitação e serviços coletivos tem um peso de 58,64% no orçamento global, lê-se também na nota de imprensa da autarquia do distrito do Porto. No documento, a autarquia informa ainda que vai avançar com a requalificação, beneficiação e valorização da Escola Básica EB 2/3 de S. Romão do Coronado e a requalificação da Escola EB1 do Paranho.

Citado pelo comunicado, o presidente da câmara, Sérgio Humberto, afirma que este orçamento "aposta na estabilização e consolidação orçamental, sem prejudicar projetos estratégicos e estruturantes para o concelho. Esta evolução traduz as duas grandes opções estratégicas deste executivo municipal: o investimento e a sustentabilidade".

Em matéria fiscal, a autarquia anuncia uma redução do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) de "0,44% para 0,40% no horizonte temporal 2023-2027" e ainda a atribuição do



As funções sociais são as que têm maior peso

Município da Trofa

POVO LIVRE



IMI Familiar e da participação no IRS em 4,8%.

A manutenção da redução da Derrama – taxa reduzida – para as empresas que não ultrapassem os 150 mil euros de faturação, a isenção de taxas municipais referentes à ocupação do espaço público, com esplanada, e a gratuitidade do parque de estacionamento subterrâneo dos Parques Nossa Senhora das Dores e Dr. Lima Carneiro são outras medidas inscritas no documento.

Deste pacote de apoios da autarquia consta ainda a atribuição de tarifa social Trofáguas, com redução de 50% na tarifa dos resíduos sólidos urbanos a agregados com carência económica e a comparticipação nas despesas do saneamento a agregados com carência económica, e na aquisição de medicamentos a famílias carenciadas ao abrigo do Regulamento para a Concessão de Apoios ao Desenvolvimento Cultural, Social, Recreativo e Desportivo.



A autarquia anunciou uma redução do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) de 0,44% para 0,40%





PAULO RIBEIRO AP NO MONTIJO

Temos esperança na vitória de Joa



A Câmara Municipal do Montijo será o pontapé de saída para uma maioria social-democrata na governação de Portugal

Paulo Ribeiro



ONTA À VITÓRIA EM 2025

ão Afonso no Montijo em 2025



Paulo Ribeiro, Presidente da Distrital de Setúbal do PSD, prevê que a conquista da Câmara Municipal do Montijo em 2025 será o pontapé de saída para uma maioria social-democrata na governação de Portugal.

No discurso da sua tomada de posse como presidente da distrital social-democrata, num evento que decorreu precisamente no Montijo, Paulo Ribeiro, começou por justificar que o evento se realizava no Montijo "por causa de João Afonso. Porque temos confiança no seu percurso, porque temos esperança na sua vitória, porque queremos participar na vitória dele, que será nossa, em 2025." Paulo Ribeiro lembrou ainda que este concelho é governado há mais de 25 anos pelo PS, "amarrado a compadrios e a uma visão ultrapassada do poder autárquico".

"O PS, no Montijo, como no País, usa uma linguagem demagógica e de constante propaganda, cujo único objetivo é perpetuação do poder, sem qualquer respeito pelos cidadãos, nem visão estratégica no desenvolvimento para o concelho", afirmou.

Perante uma plateia de cerca de 500 pessoas, onde também se encontrava o líder do PSD, Luís Montenegro, o presidente da distrital de Setúbal destacou que o partido "com Luís Montenegro, voltou a ser um partido liderante da oposição e constitui-se como uma alternativa clara aos socialistas, o que também irá beneficiar a ação política na região de Setúbal".

"O PSD, nos últimos meses, voltou a afirmar-se como o grande partido Português, como a alternativa credível à estagnação e empobrecimento de duas décadas de governo socialista" acrescentou. Paulo Ribeiro destacou vários problemas na região, desde a mobilidade à segurança, passando também pelo encerramento das urgências, da falta de médicos de família e de enfermeiros.

"Agora até querem fechar a maternidade do Centro Hospitalar Barreiro/ Montijo, que faz mais de 1500 partos por ano", sublinhou.

"Mas no fundo é este o princípio do comunismo e do socialismo: tudo nivelado por baixo, cada vez mais dependente do Estado, que define as regras e condiciona a vida de todos", lamenta o líder da distrital.

O PSD, nos
últimos meses,
voltou a afirmar-se
como a alternativa
credível à
estagnação







Também Luís Montenegro criticou duramente o PS, afirmando que Portugal "está mais pobre", mas que o Estado "está mais rico", pois "nunca foram cobrados tantos impostos às pessoas, às empresas e às instituições, como agora".

Para o futuro, o presidente do PSD garante que os social-democratas "paulatinamente e energicamente" vão palmilhar todo o caminho necessário para governação do país.

"É igualmente importante governar o país, como governar câmaras municipais e juntas de freguesia", diz Luís Montenegro, afirmando que irá fazer tudo o que esteja ao seu alcance para "ser o primeiro Presidente do PSD a ganhar uma câmara municipal no distrito de Setúbal.

PONTE DA BARCA APROVA ORÇAMENTO MUNICIPAL

O PSD na Câmara de Ponte da Barca aprovou o orçamento para 2023, no valor de 22.231.965,00 euros, mais de 450 mil euros que em 2022, rejeitado pelo PS por "não melhorar a vida da população".

Em comunicado enviado às redações, a Câmara de Ponte da Barca, no distrito de Viana do Castelo, explicou que o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2023, "define o desenvolvimento económico do concelho e a coesão social como grandes prioridades estratégicas". O valor do orçamento de 2022 é de 21,778.680,52 euros.

Para o Presidente da Câmara Municipal, Augusto Marinho, citado na nota, o documento, aprovado em reunião extraordinária da autarquia, com os votos favoráveis dos quatro elementos do PSD, "traduz um conjunto de intenções alicerçadas que pretendem dar continuidade e alavancar o desenvolvimento sustentável do concelho, resultante de todo um processo de estratégia, empenho e rigor".

"Tendo em consideração as várias incertezas que marcam a atualidade, nomeadamente o conflito no leste da Europa, a subida exponencial da inflação e o aumento do custo de vida para todas as famílias, o orçamento para 2023 permite uma resposta firme do município no âmbito da ação social, integrando medidas



que visam garantir o apoio nas situações de maior vulnerabilidade social, assegurando paralelamente o investimento na prossecução da estratégia de desenvolvimento económico do nosso concelho", sustentou o autarca social-democrata.

Na nota, a autarquia explica que "a promoção da coesão social continuará a ser um eixo vital, pelo que o município irá continuar a apoiar as famílias e as pessoas desfavorecidas".

"A par do apoio direto às pessoas, é implementado o apoio à natalidade, assim como continuará a apoiar as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do concelho na sua missão de cuidar dos idosos, apoiando o envelhecimento ativo assim como a integração das pessoas com deficiência, procurando apoiar e afirmar cada vez mais a sua valorização social.

No domínio da coesão social, o município destacou ainda "a implementação da Estratégia Local de Habitação, num investimento previsto de seis milhões de euros, criando mais e melhores condições habitacionais para as famílias carenciadas por todo o concelho".

"Paralelamente, irá ser desenvolvido o programa de arrendamento acessível, que promove a oferta alargada de habitação para arrendamento a preços compatíveis com os rendimentos das famílias", frisou.

Em 2023, o desenvolvimento económico será outra "prioridade", com a "continuidade da estratégia de captação de novas empresas para Ponte da Barca, avançando com a construção da expansão da Área de Acolhimento Empresarial do Rodo, assim como a aquisição de terrenos, em Lavradas, para a construção da tão ambicionada área empresarial". Será ainda lançado o programa municipal "PRO-IN", "de apoio à dinamização e modernização da atividade comercial e de incentivo ao empreendedorismo, ao emprego e à venda de produtos locais, em colaboração com o movimento associativo representativo da atividade comercial e agrícola do concelho".

A "educação, juventude, cultura, desporto, património cultural, movimento associativo e a ligação à comunidade emigrante continuarão a merecer especial destaque na atuação municipal, e que resultam de parcerias de excelência num movimento de cooperações estratégicas a reforçar, em 2023, para continuar projetos já existentes e incrementar outros".



O PSD/Matosinhos propôs à câmara municipal a adoção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) Familiar e a redução da taxa de participação do IRS para 4,5% e da

Em reunião do executivo municipal, dia 2 de novembro, o PSD/Matosinhos, liderado por Bruno Pereira, defendeu a adoção do IMI Familiar possibilitando, assim, uma redução deste imposto aos proprietários de imóveis com dependentes a cargo.

"A redução fixa-se em 20 euros no caso de um dependente a cargo, em 40 euros para famílias com dois dependentes e em 70 euros para agregados com três ou mais dependentes", explicou.

Ainda em matéria de política fiscal, Bruno Pereira sugeriu a redução da taxa da participação variável do IRS para 4,5% aos contribuintes com domicílio fiscal em Matosinhos, no distrito do Porto, ao invés da taxa máxima de 5%.

Bruno Pereira considerou que esta medida faz sentido no presente, dado as pessoas precisarem de aumentar o rendimento disponível. O social-democrata defendeu ainda a redução da derrama para 2023 das empresas com sede ou direção efetiva em Matosinhos, mas de "forma escalonada" para não afetar o equilíbrio financeiro do município.

Apostar na criação de uma Agência de Investimentos Municipal, constituída por agentes económicos locais e associações representativas, a funcionar em permanente ligação com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) e o Banco de Fomento para colocar Matosinhos no mapa do investimento é outra das medidas apresentadas pelo PSD.

De forma a atrair investimento e empreendedores para Matosinhos, a agência apostará na credibilização do município enquanto parceiro de negócio junto de investidores nacionais e internacionais, sustentou. O Presidente do PSD/Matosinhos apontou também a criação de uma Plataforma de Inovação Social, já existente noutros municípios, que junte diferentes entidades de cariz social para implementar políticas dirigidas às pessoas e ao seu bem-estar.

"Dada a conjuntura difícil em que as famílias e as empresas vivem, e tendo como objetivo prestar apoio na resolução dos problemas das pessoas e das empresas de Matosinhos, o PSD considera imperativo implementar políticas municipais dirigidas em primeiro lugar às pessoas e ao seu bem-estar, sem comprometer a capacidade financeira do município, mas também ao empreendedorismo", frisou.



A Secção do PSD de Vila Real prevê que o concelho vai envelhecer nos próximos 15 anos e reclamou uma política municipal "mais interventiva, consistente e robusta" para apoiar a "população mais fragilizada".

"O concelho de Vila Real vai ganhar 15 mil idosos em 15 anos. Estes dados não devem ser encarados com desmérito, mas sim analisados com responsabilidade e capacidade de projeção", alertou, em comunicado, a comissão política do PSD de Vila Real, liderada por Luís Tão.

Os membros da comissão política concelhia reuniram-se com os eleitos nas assembleias de freguesia para debater o tema "Envelhecimento da população e o seu impacto no concelho de Vila Real" e lembraram que dados da operação "Censos Sénior 2022", divulgados recentemente pela GNR, revelam que o distrito de Vila Real lidera o ranking nacional, com 5.353 idosos a viverem sozinhos e/ou isolados.

Também, segundo o PSD, os dados dos Censos de 2021 mostram que o

concelho transmontano tem um índice de envelhecimento de 195,3%, tendo 23,5% da sua população com mais de 65 anos.

"Em Vila Real as políticas de apoio ao idoso pecam pela desintegração e até pela desatualização", afirmou a Secção do PSD.

Para o PSD, "não obstante a existência de atividades pontuais e de alguns projetos implementados já em executivos municipais anteriores do PSD, de apoio ao idoso, falta uma política municipal consistente e robusta".

E, por isso, insistiu na proposta eleitoral, apresentada em 2021, para a criação de uma comissão municipal de proteção do idoso e do provedor do idoso, uma medida articulada "com um banco de vo-

luntariado, que atue no sentido de detetar todas as situações de risco e garantir a criação de uma resposta integrada em rede" que abranja: ação social, saúde, segurança, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), empresários locais, instituições particulares de solidariedade social (IPSS), juntas de freguesia e diocese.

"O PSD de Vila Real desafia o executivo municipal a tornar-se a base e o apoio sólido na resposta às necessidades da nossa população idosa e mantêm-se numa postura colaborativa no sentido de ver consolidadas estas ideias e ver implementadas no terreno verdadeiras políticas municipais de apoio à população mais fragilizada, não nos conformando com a estagnação social vigente", sublinhou a concelhia.

PSD/FELGUEIRAS CRITICA LIVRE/PS POR RECUSAR REFERENDO À DESAGREGAÇÃO DE FREGUESIAS



O PSD/Felgueiras critica a maioria Livre/PS na assembleia da união de freguesias da sede do concelho por ter rejeitado a discussão e votação de uma proposta socialdemocrata para a desagregação.

"O PSD/Felgueiras lamenta profundamente que tenha sido vedado o direito à população de escolher se pretendia ou não a desagregação das freguesias", lê-se num comunicado da comissão política concelhia.

Aquela união de freguesias é a maior do concelho de Felgueiras, no distrito do Porto, com cerca de 17 mil eleitores.

Recentemente, Eduardo Teixeira, líder da bancada da oposição na assembleia de freguesia, disse que o PSD defende que a população da união de freguesias (Margaride, Lagares, Várzea, Varziela e Moure) devia ter o direito a pronunciar-se, em referendo, sobre a eventual desagregação.

O PSD considera que o sentido de voto da maioria significa que a coligação Livre/PS, no poder, "não cumpriu a promessa eleitoral".

"O PSD/Felgueiras pugnará para que nenhuma pessoa ou instituição se sobreponha aos superiores interesses da população e das freguesias, independentemente da sua cor partidária ou posição pessoal nesta matéria", assinala-se no comunicado, concluindo: "A Comissão Política do PSD Felgueiras continuará a apoiar os seus eleitos, em todas as freguesias e em todas as ações que promovam o exercício de escolha em liberdade, na defesa de que seja dado o direito de escolha à população".

IMIGRAÇÃO PODE COLMATAR FALTA DE MÃO-DE-OBRA NOS AÇORES

O presidente do Governo dos Açores, José Manuel Bolieiro, afirmou, dia 2, que a "imigração profissional" pode ser uma "oportunidade" para colmatar as "necessidades de mão-de-obra" em todas as ilhas do arquipélago.

À margem da reunião do Conselho Consultivo Regional para os Assuntos da Imigração, que decorre na ilha de São Jorge, José Manuel Bolieiro avançou que o Governo Regional está a estudar os "tipos de aportação e apoio" que pode dar para potenciar a "oportunidade da imigração profissional".

O líder regional açoriano lembrou que os "empresários de todas as ilhas" estão confrontados com "necessidades de mão-de-obra" e destacou que existem mais de quatro mil imigrantes nos Açores de 95 nacionalidades.

"Fomos durante muitos anos uma terra e um povo de emigrantes mas agora também somos ilhas de imigrantes. Atenção que vivem muitos outros estrangeiros, que felizmente já adquiriram nacionalidade portuguesa. O número de estrangeiros nos Açores é muito superior a estes quatro mil", declarou.

E acrescentou: "o nosso objetivo é de máxima integração, quer sob ponto de vista cultural, mas também sob ponto vista profissional e social".

Bolieiro lembrou que o Conselho Consultivo Regional para os Assuntos da Imigração esteve vários anos sem reunir, defendendo a importância de aumentar a composição daquele órgão.

"Esta é a segunda reunião já decorrente do ano em curso e que nós pretendemos manter nos termos do regulamento. Queremos incluir na reflexão a revisão da composição e aumentar a representação", destacou.

Antes, o presidente do Governo dos Açores, José Manuel Bolieiro, já tinha afirmado que é preciso combater a xenofobia na região, apesar de a sociedade açoriana "gostar de acolher o estrangeiro" e não ter "laivos de perseguição racista".

Segundo dados divulgados em fevereiro pelo diretor regional das Comunidades, José Andrade, os Açores têm mais de quatro mil imigrantes, de quase uma centena de nacionalidades, registados em todas as ilhas, número que tem vindo a crescer. Entre as comunidades imigrantes na região, existem mais de 800 brasileiros, mais de 500 alemães e mais de 300 chineses



PSD/AÇORES DIZ QUE ORÇAMENTO DA REGIÃO É "JUSTO, ARROJADO E MARCA A DIFERENÇA"

O deputado do PSD/Açores António Vasco Viveiros qualificou o Orçamento Regional para 2023 como "justo, arrojado e que marca a diferença", por ser "realista" quanto à situação socioeconómica vivida "no contexto mundial e regional".



"O Orçamento para 2023 mostra que o Governo dos Açores [de coligação PSD/CDS-PP/PPM] tem medidas concretas para apoiar as famílias e as empresas, o que contrasta com a gritante falta de propostas do PS", salienta o vice-presidente da bancada parlamentar regional do PSD/Açores, citado num comunicado do partido sobre a audição de membros do executivo açoriano na comissão de Economia da Assembleia Legislativa a propósito do documento.

Para o parlamentar, trata-se de um documento "justo, porque garante um reforço sem paralelo dos apoios sociais às famílias açorianas e contém medidas concretas para atenuar os efeitos da inflação".

"É um Orçamento arrojado, porque

procede a uma nova redução do IRC [Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas] para as pequenas e médias empresas açorianas, que constituem a larga maioria do tecido empresarial regional", salienta.

Por outro lado, acrescenta, o documento "marca a diferença ao travar o aumento do endividamento que caracterizou o governo anterior".

Segundo o deputado do PSD/Açores, "a opção pelo endividamento zero constitui um momento de viragem na gestão das finanças públicas regionais, revelando uma postura de seriedade e de compromisso para com os açorianos".

"Desta forma, o Governo Regional vem colocar as contas públicas num patamar equilibrado, que não coloca em causa novos empreendimentos para as gerações futuras, apostando em áreas focadas no desenvolvimento da região de modo consolidado e sustentável", refere ainda António Vasco Viveiros.

O Orçamento Regional para 2023, de 1,9 mil milhões de euros, prevê 753,5 milhões de euros de despesa em investimento público, dos quais 641 milhões de euros são da responsabilidade direta do Governo Regional dos Açores.

O Orçamento Regional dos Açores para 2022 foi de cerca de dois mil milhões de euros (800 milhões dos quais destinados ao investimento) e previa um endividamento de 152 milhões de euros.

SISTEMA DE INCENTIVOS PARA ENFERMEIROS DEVE ENTRAR EM VIGOR EM 2022

O secretário regional da Saúde dos Açores reiterou, dia 5, que o sistema de incentivos à fixação de enfermeiros na região deverá entrar em vigor em 2022, admitindo que há falta de profissionais na região.

"Temos situações de carência de enfermeiros de uma forma especial nalgumas ilhas e com o envolvimento dos representantes dos enfermeiros conseguimos chegar a uma redação final relativamente ao sistema de incentivos à fixação dos enfermeiros nalgumas ilhas da Região Autónoma dos Açores, que será colocado a Conselho de Governo proximamente, de forma a entrar em vigor ainda no corrente ano", afirmou o titular da pasta da Saúde nos Açores, Clélio Meneses.

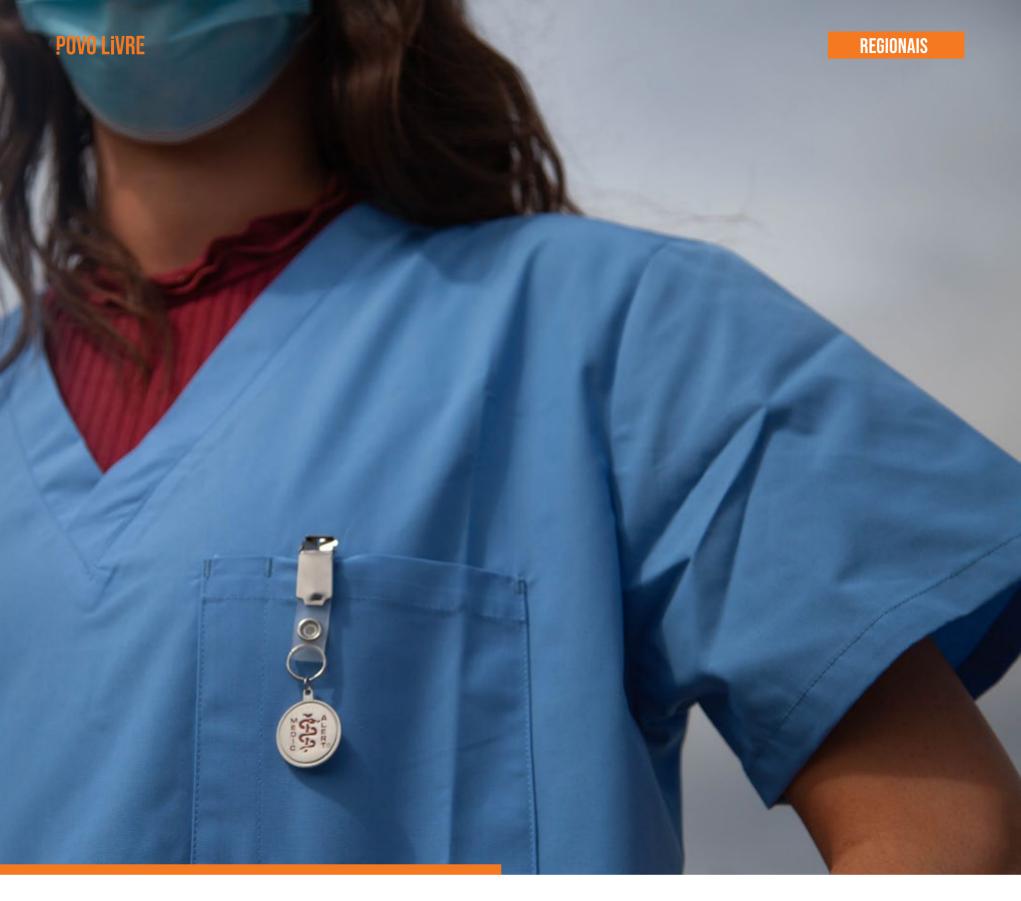
O governante falava no encerramento do primeiro Congresso de Enfermagem dos Açores, que decorreu no Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel (Nonagon), na Lagoa, através de uma mensagem de vídeo, por não ter conseguido chegar a tempo à ilha de São Miguel, devido ao cancelamento de voos.

Governo Regional, sindicatos e Ordem dos Enfermeiros nos Açores chegaram a acordo, em agosto, para que fosse criado um sistema de incentivos à fixação de enfermeiros, em sete ilhas do arquipélago.

Flores, Corvo, Santa Maria, Graciosa e São Jorge foram definidas como "ilhas especialmente carenciadas", estando prevista uma majoração da remuneração e apoios para alojamento e deslocação.

As ilhas do Pico e do Faial foram consideradas "carenciadas", estando também prevista uma majoração da remuneração, mas de valor inferior.

No encerramento do congresso de enfermagem, Clélio Meneses adiantou que "há muito mais enfermeiros" no Serviço Regional de Saúde "do que havia há dois anos", quando



o executivo de coligação PSD/CDS--PP/PPM tomou posse, mas reconheceu que "ainda não é o número suficiente".

"A fixação de enfermeiros, como de resto de todos os profissionais de saúde, é decisiva para os bons resultado em saúde que todos pretendemos. De facto, temos grande carência de recursos humanos em todas as ilhas. Tem havido um enorme esforço de contratação de mais profissionais de saúde", apontou.

O secretário regional da Saúde e Desporto disse que foram alcançados neste mandato "resultados e objetivos que eram justos propósitos dos enfermeiros da Região Autónoma dos Açores", alguns dos quais aguardados "há anos de mais", dando como exemplo o processo de "regularização de remunerações e de carreiras".

Clélio Meneses admitiu que nem todos os enfermeiros com critérios para subir de escalão receberam atualizações salariais, mas garantiu que "os processos estão a decorrer".

O governante destacou ainda o fim do programa Estagiar L para enfermeiros no Serviço Regional de Saúde, reivindicado pela classe, e um reforço no Orçamento da Região para 2023 na formação de profissionais de saúde.



A fixação de enfermeiros é decisiva para os bons resultado em saúde

Clélio Meneses



O Conselho do Governo da Madeira autorizou a transferência de 6,4 milhões de euros para o Instituto de Segurança Social da região, valor correspondente à "dotação disponível para financiamento das políticas ativas de emprego e valorização profissional".

Esta foi uma das conclusões divulgadas após a reunião semanal do executivo madeirense (PSD/CDS-PP), chefiado pelo social-democrata Miguel Albuquerque.

No encontro, o governo insular também autorizou a alteração ao contrato-programa celebrado, em 2021, entre a região e a Câmara do Funchal, visando a reprogramação financeira da obra de recuperação e ampliação da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) do concelho.

Esta deliberação permite a redistribuição dos encargos orçamentais anuais, mantendo a comparticipação financeira máxima a atribuir superior a três milhões de euros para o projeto.

Ao abrigo do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o Governo insular aprovou as candidaturas apresentadas pelas câmaras do Funchal, Machico e Santa Cruz, no valor de 136 mil euros, relativas à execução de ações inseridas no âmbito da emergência e do socorro.

A comparticipação financeira tem por objetivo apoiar a "manutenção e pequenas intervenções em veículos e equipamentos no âmbito operacional" do corpo de bombeiros, lê-se no comunicado divulgado pela Presidência do Governo Regional.

O executivo acrescenta que a medida pretende "ajudar a garantir o normal funcionamento do serviço de socorro e emergência, bem como a beneficiação, conservação e reparação dos equipamentos e meios técnicos indispensáveis à sua operacionalidade, visando a prossecução dos seus objetivos de serviço público e das missões que lhe estão atribuídas".

O município do Funchal vai receber 59.733 euros e as autarquias de Santa Cruz e Machico 38.033 euros cada, indica o executivo insular.

MADEIRA DISCRIMINADA NA ATRIBUIÇÃO DE VAGAS PARA A FORMAÇÃO DE MÉDICOS

O secretário regional da Saúde da Madeira, Pedro Ramos, considerou, dia 2, que a região foi "uma vez mais discriminada" na atribuição de vagas para a formação de médicos especialistas em 2023, falando numa atitude "de grande

A Madeira vai contar com 38 vagas para a formação médica especializada no próximo ano, mais uma em relação ao ano passado, indicou o governante, falando numa cerimónia de assinatura de contratos-programa com diversas instituições.

"A Madeira foi uma vez mais discriminada pela colocação de vagas médicas no nosso Sistema Regional de Saúde, num ano em que o concurso aumentou o número de vagas ao nível do Serviço Nacional de Saúde e onde a Madeira pede sempre o dobro das vagas que são concedidas, na ordem das seis dezenas", disse Pedro Ramos.

O secretário regional da Saúde, do governo insular de coligação PSD/ CDS-PP, lamentou que "especialidades como oftalmologia, cardiologia, ortopedia, psiquiatria, pedopsiquiatria e saúde pública" tenham ficado de fora.

"Esta atitude foi de grande irresponsabilidade", considerou o governante, reforçando que "os problemas do Serviço Nacional de Saúde não se podem estender aos serviços regionais da Madeira e dos Açores por decisões desta natureza".

Pedro Ramos referiu ainda que a Madeira, apesar destas medidas, apoia no âmbito da saúde os arquipélagos dos Açores e de Cabo Verde, e recordou que foi recebida a primeira grávida de gémeos na unidade de neonatologia do Serviço Regional de Saúde.

O Ministério da Saúde revelou que o mapa de vagas para formação de médicos especialistas em 2023 é o "maior de sempre", totalizando 2.054, mais 115 do que este ano, em que foram abertas 1.939 vagas.

"No concurso deste ano, que diz respeito aos internos que iniciarão a sua formação especializada a 01 de janeiro de 2023, o crescimento de vagas é significativo em diversas especialidades, estando já identificada a necessidade de continuar a reforçar, no futuro, a abertura de novas vagas em linha com as necessidades do SNS [Serviço Nacional de Saúde]", salientou a tutela na mesma nota.



POVO LIVRE



EDIÇÃO N.º 249 do "Povo Livre" | de 25 de abril de 1979

"O Norte está com o PSD".

Dezenas de milhares de portugueses encheram a Praça Humberto Delgado, no Porto, mostrando a força e a vitalidade do PSD. Este comício juntou Montalvão Machado, Natália Correia, José Azevedo, Rui Barbosa, Arlindo André Correia, José Correia Azevedo e Francisco Sá Carneiro.

CONVOCATÓRIAS PSD



RECEÇÃO TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Fax: 213 973 168 | Email: convocatorias@psd.pt

DISTRITAIS

LISBOA AM

ALTERAÇÃO DE MORADA PUBLICADO NO POVO LIVRE DE 2 DE NOVEMBRO DE 2022

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital da AML do PSD, para reunir em sessão ordinária, no próximo dia 14 de novembro (segunda-feira) de 2022, pelas 21H00, no Hotel Fénix Lisboa, Praça Marques de Pombal, nº 8, Lisboa com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: "Orçamento de Estado 2023 -Construir a Alternativa" com a presença de um membro da Comissão Política Permanente e um membro da Direção do Grupo Parlamentar

SECCÕES

ALTER DO CHÃO

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se os militantes da Secção de Alter do Chão do PSD para uma Assembleia da Secção a realizar no próximo dia 24 de novembro (quinta-feira) de 2022, pelas 20H30 na Sede da Junta de Freguesia de Alter do Chão em Alter do Chão com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1. Análise da situação Política Concelhia;
- 2. Outros assuntos.

Nota: Agradecemos o uso de máscara antes e durante a reunião, manter o estacionamento de segurança e obedecer as recomendações da DGS

BATALHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Batalha, para reunir no próximo dia 12 de dezembro de 2022 (segunda-feira), pelas 18H00, no Auditório da Junta de Freguesia de São Mamede, sita no Largo da Feira, Nº 20, São Mamede (Batalha), com a seguinte: ORDEM DE TRABALHOS

- 1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
- 2. Eleição da Comissão Política de Secção

Notas: As urnas estarão abertas das 18H00 às 20H00.

As listas candidatas à Mesa da Assembleia e à Comissão Política de Secção devem ser entregues ao Presidente de Mesa da Secção, ou até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato

MAFRA

Convoca-se a Assembleia Eleitoral da Conce-Ihia de Mafra do PSD, para uma Reunião Extraordinária a decorrer no próximo dia 10 de dezembro (sábado) de 2022, das 14H00, até às 20H00, na Sede Concelhia sita na Rua do Arvoredo, Bloco B - Ericeira com a seguinte: ORDEM DE TRABALHOS

- 1. Eleição da Mesa da Assembleia Concelhia;
- 2. Eleição da Comissão Política Concelhia.

Nota: Refiro que, de acordo com o Regulamento Eleitoral do PSD, só poderão votar e ser votados nestes atos eleitorais, os militantes que estiverem inscritos no partido há pelo menos 6 meses à data da eleição, e que tenham as quotas pagas até ao dia 30 de no-

Votação: das 14H00 às 20H00.

Ao abrigo do ponto 5 do artº 4, do Regulamento Leitoral, convoca-se a Assembleia da Secção da Maia, para reunir, no dia 12 de dezembro (segunda-feira) de 2022, pelas 19H00, na Sede Concelhia, sita na Rua Engenheiro Duarte Pacheco, 987, Cidade da Maia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção; 2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas de candidatura devem ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral na Sede do PSD entre as 22H00 e 24H00 ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua.

As eleições decorrerão entre as 19H00 e as 23H00

Têm capacidade eleitoral os militantes inscritos na Secção há, pelo menos, seis meses e que tenham as suas quotas em dia no décimo dia anterior ao da eleição.

OVAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se todos os militantes da Assembleia de Secção de Ovar, para reunir no dia 18 de novembro (sexta-feira) de 2022, pelas 21H00, na Sede da Secção, sita na Rua Ferreira de Castro, nº84, 1º Esq, Ovar, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1. Apresentação, discussão e Votação do Orçamento da Secção de Ovar relativas a 2023;
- 2. Análise da situação política;

a quem estatutariamente o possa substituir, Nota: Se às 21H00, não estiverem presentes a maioria dos militantes da Secção, a Assembleia iniciar-se-á decorridos trinta minutos, com o número de militantes presentes.

PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD Paredes, a reunir no próximo dia 25 de novembro (sexta-feira) de 2022, pelas 21H00, na Sede do PSD Paredes, sita na Rua 1º Dezembro nº 45, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações.

Espaço dos Presidentes da Junta e dos Líderes das Assembleias de Freguesia;

Espaço dos Deputados das Assembleia Mu-

Espaço dos Vereadores do Executivo Munici-

Espaço da C.P. da JSD;

Espaço da C.P. do PSD;

- 2. Apresentação, discussão e votação do Orçamento para o ano de 2023;
- 3. Análise da situação político-partidária local;
- 4. Outros assuntos.

Nota: Nos termos do artº 69, nº 2 dos Estatutos, se à hora prevista na convocatória não existir quórum, a Assembleia da Secção funcionará meia hora mais tarde, com qualquer número de militantes, no mesmo local e com a mesma ordem de trabalhos.

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção do Porto, para reunir no próximo dia 30 de novembro (quarta-feira) de 2022, pelas 21H00, na Sede da Junta de Freguesia do Bonfim, sita no Campo 24 de Agosto nº 294, Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Análise da situação política.

PÓVOA DO VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de militantes de Póvoa de Varzim, para reunir no dia 24 de novembro (quinta--feira) de 2022, pelas 21H00 na Sede do PSD da Póvoa do Varzim, sita na Praça do Almada, nº 7, Escritório 1, Póvoa de Varzim, com a sequinte.

ORDEM DE TRABALHOS

- 1. Análise da situação política:
- 2. Outros assuntos.

VILA NOVA DE FAMALIÇÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Nova de Famalicão, para reunir no próximo dia 21 de novembro (segunda-feira) de 2022, às 21H00, na Sede, sita na Rua Adriano Pinto Basto 212, Sala 14, Vila Nova de Famalicão, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1. Análise da situação política,
- 2. Outros assuntos.

CONVOCATÓRIAS JSD





RECEÇÃO SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email: jsdnacional@gmail.com

ARMAMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD Concelhia de Armamar para reunir no próximo dia 26 de novembro de 2022 (sábado), pelas 19h na sede de Junta de Freguesia de Fontelo sita Av. Ribeiro de Almeida, nº 15, Fontelo, 5110-301 Armamar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 Recepção dos novos militantes;
- 2 Informações;
- 3 Aprovação do novo logótipo JSD de Armamar;
- 4 Outros assuntos de interesse local.

